

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS DE UM NÚCLEO DE APOIO DISCENTE E DOCENTE

Karina Nones Tomelin; Ana Paula L. Dias; Cintia Nazaré Madeira Sanchez; Juliana Peres; Sílvia Carvalho

RESUMO - No Ensino Superior, a prática inclusiva é recente, e este panorama novo exige das instituições o desenvolvimento de políticas de apoio e acompanhamento com ações que vão além da disponibilidade de vaga. Somado a isto, os requisitos legais de avaliação e reconhecimento de cursos também exigem as evidências de práticas inclusivas no ambiente universitário. O objetivo deste trabalho é descrever a atuação de um núcleo de apoio ao discente e docente (NADD) de dois Centros Universitários do município de São Paulo. O Núcleo foi criado em 2015 e, deste então, desenvolve ações de inclusão no contexto universitário a partir de um programa intitulado "Atenção Especial". O foco de atuação do programa é o acolhimento e apoio aos estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem e outros transtornos por meio da sua identificação, estratégias de intervenção, encaminhamento e orientação. Atualmente, o programa acompanha 193 estudantes orientados por um protocolo de atendimento, que contempla diversas ações para favorecer a inclusão destes estudantes a partir da sua entrevista inicial: monitorias de reforço entre pares, nivelamento, cursos de apoio ao estudante, encaminhamento para

Karina Nones Tomelin – Mestre em Educação, coordenadora do Núcleo de Apoio Discente e Docente do Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas. Atualmente desenvolve projetos de formação Docente e apoio discente na Universidade Positivo, Curitiba, PR, Brasil.

Ana Paula L. Dias – Doutora em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente, atuou com Projetos de Educação Inclusiva no Ensino Superior no Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, SP, Brasil.

Cintia Nazaré Madeira Sanchez – Doutora em Psicologia, Professora da disciplina de Educação Inclusiva no curso de Psicologia. Atua no projeto de Atenção Especial no atendimento a alunos com deficiência no Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, SP, Brasil.

Juliana Peres – Graduada em Letras - Português/Inglês, com especialização em Psicopedagogia, professora da educação básica na Prefeitura de São Paulo, atuou com Projetos de Educação Inclusiva no Ensino Superior no Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, SP, Brasil.

Sílvia Carvalho – Mestre em Arquitetura e Urbanismo - Professora do FIAM-FAAM Centro Universitário, atuou no projeto de formação docente e apoio ao discente no FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência

Karina Nones Tomelin

R. Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300 – Cidade Industrial – Curitiba, PR, Brasil – CEP 81280-330

E-mail: karinant@terra.com.br

clínicas de saúde, parceria com profissionais de saúde, acessibilidade física, tecnologia assistiva, orientação aos professores, atividades de sensibilização com estudantes e palestras a toda comunidade acadêmica. Os resultados do programa têm promovido, além da conscientização ampla de toda comunidade acadêmica, o favorecimento da inclusão e da permanência destes estudantes em um ambiente receptivo, inclusivo e legítimo.

UNITERMOS: Educação Inclusiva. Apoio Psicopedagógico. Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é relatar as experiências de um programa de educação inclusiva no ensino superior intitulado "Atenção Especial", que está inserido em um Núcleo de apoio psicopedagógico de duas instituições universitárias na cidade de São Paulo.

Em 2017, o programa atendeu aproximadamente 193 estudantes com diferentes necessidades especiais e ofereceu uma diversidade de possibilidades de intervenção. O foco do projeto era compreender o estudante em sua necessidade e desenhar processos personalizados de intervenções. Estas intervenções são ampliadas e renovadas conforme as necessidades e demandas levantadas pelos estudantes atendidos.

O projeto conta com ações que envolvem a participação de toda comunidade acadêmica: gestores, técnicos administrativos, professores e estudantes. Algumas ações contam ainda com a participação da família e de profissionais de saúde, que acompanham o estudante, além de entidades que são referência no atendimento ou em ações para pessoas com deficiência.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ENSINO SUPERIOR

O marco histórico para Educação Inclusiva foi em 1994, com a Declaração de Salamanca, na Espanha, durante a Conferência Mundial de Educação Especial da UNESCO. A Declaração tem como princípio que os alunos com deficiência devem estar no ensino regular e defende que todos os estudantes, independentemente da

dificuldade de aprendizagem ou deficiência, têm direito à educação inclusiva.

O Brasil afirmou esse compromisso ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca e iniciou um diálogo no âmbito pedagógico referente às questões relativas à inclusão e exclusão na educação¹⁻³. Já no que concerne especificamente ao Ensino Superior, somente no ano de 2003 foi sancionada a portaria número 3.284, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, cujo objetivo é instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições⁴.

Na educação inclusiva, é responsabilidade das escolas reconhecer e atender às necessidades individuais de seus estudantes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos por meio de currículos adaptados e adequados, de boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de cooperação com as respectivas comunidades¹. As estratégias de intervenção são desenhadas pelas próprias escolas, porém o combate à discriminação no espaço escolar só é possível por meio de ações pedagógicas participativas que coloquem no centro o estudante que a vivencia e que permitam a participação de todos os envolvidos².

Muitos alunos com deficiência e necessidades especiais estão, hoje, matriculados em classes comuns de escolas públicas em todo país. Isto denota que houve uma mudança de perspectiva da crença anterior de que o atendimento ideal à pessoa com deficiência deveria ocorrer em locais

específicos, isolados ou excluídos dos demais. "A legislação brasileira vigente estabelece a não exclusão do aluno do sistema educacional geral sob alegação de deficiência, privilegia a matrícula desses alunos em escolas comuns públicas"⁵.

A partir da década de 90, é nítido que o sistema educacional está legalmente amparado no discurso inclusivo, nos princípios democráticos de igualdade, equidade e diversidade. No entanto, apesar da importância dos instrumentos legais, estes por si só não garantem práticas inclusivas na educação, muitas vezes demonstrando distanciamento das proposições teóricas e legais⁶.

A inclusão é um processo complexo e que necessita de ações transformadoras e realistas que promovam a conscientização do direito de todos à educação. O movimento de incluir estudantes com necessidades especiais na escola "é uma forma de tornar a sociedade mais democrática, sendo papel de todos os cidadãos transformar as instituições de ensino em espaços legítimos de inclusão"⁷.

No Ensino Superior, a prática inclusiva é mais recente. Isto porque, com a ampliação do acesso dos alunos na educação básica e sua consequente progressão para o ensino superior, mais alunos têm chegado às universidades. Os dados do Censo Escolar, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) de 2017, apontam um crescente número de ingresso de alunos com deficiência entre os anos de 2003 a 2013 com aumento de 600% - passou de 5.078 estudantes para 29.221 em dez anos⁸.

O ingresso do aluno com deficiência é um avanço no ensino superior, porém é necessário observar que o fato de o aluno estar na sala de aula não significa, necessariamente, a participação plena desse estudante no ambiente universitário e a absorção dos conteúdos propostos. Para tanto, é necessário que a universidade realize adaptações para que a inclusão seja efetiva, já que algumas instituições não possuem um mapeamento do ingresso e permanência desse aluno e não oferecem serviço de apoio, tornando-se assim um processo de exclusão⁶.

Além disto, as diretrizes e parâmetros exigidos pelo Ministério da Educação, principalmente do processo avaliativo externo de cursos e instituições de Ensino Superior, preconiza a existência de políticas de apoio ao docente e discente nas Instituições Públicas e Privadas. Para atender estas exigências, muitas instituições criaram em suas estruturas Núcleos de Apoio Psicopedagógico. Em pesquisa exploratória, com objetivo de compreender como se estruturam tais núcleos no Brasil⁹, observaram-se 52 instituições que desenvolviam diferentes atividades:

A maioria dos núcleos está estruturada para atender somente a discentes (46%), enquanto 29% para atender a discentes e docentes [...]. Com relação ao profissional que trabalha ou coordena, 23% são professores da instituição, 23% são psicólogos, 17% pertencem à equipe multidisciplinar, 12% são psicopedagogos e 25% não indicaram o responsável. Sobre as atividades apresentadas, a maioria (33%) realiza atendimentos individuais, 13% atendimentos em grupos, 13% trabalham com a formação continuada docente, 10% realizam ações de educação inclusiva, 9% têm atividades de recepção aos calouros, 5% ofertam cursos de nivelamento, 5% atividades diagnósticas e preventivas, 3% ofertam monitoria, 4% ocupam-se com atividades organizacionais, 5% auxiliam nas atividades de pesquisa e extensão.

Com esta pesquisa foi possível identificar que, apesar do incentivo à criação de políticas de apoio ao discente e docente e o avanço dos estudantes com deficiência ao ensino superior, as instituições apresentam um panorama muito variado, tanto no público atendido e nos profissionais que realizam as atividades, bem como nas ações desenvolvidas.

As necessidades das instituições em criar estratégias efetivas de inclusão vão além do âmbito teórico. Na prática, assim como na teoria, estudos sobre a inclusão no Ensino Superior se fazem cada vez mais necessários. Políticas públicas e conhecimento técnico são requisitos,

porém o envolvimento de todas as pessoas que compõem o espaço universitário é fundamental para concretizar a inclusão na sua totalidade. Caso contrário, ela ocorre apenas em grau micro, em espaços com práticas isoladas.

A sensibilização de todos os envolvidos e a formação de sujeitos inclusivos, capazes de trabalhar em equipe, numa atitude interdisciplinar é, portanto, primordial para buscar a efetiva inclusão destes estudantes. Pensar numa universidade inclusiva requer que os profissionais de educação estejam mais próximos dos estudantes a serem incluídos, que saibam como agir, como ensinar, como lidar com a diversidade e como ter dimensão técnica.

Para uma inclusão efetiva na educação em todos os graus, além das leis que garantem a permanência do aluno no ensino regular, é necessária a mudança de comportamento de toda comunidade acadêmica e a convivência na diversidade, que contribui para o aprendizado individual e para uma concepção de respeito às diferenças.

As instituições de ensino consideradas inclusivas são as que aceitam todas as pessoas, independentemente das características individuais, e adapta as estratégias de ensino para que as necessidades educacionais individuais sejam atendidas, considerando a singularidade do indivíduo¹⁰.

Um conhecimento mais a fundo atrelado a uma metodologia inclusiva pode propiciar o desenvolvimento de atitudes e habilidades para desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão em sala de aula. Dessa forma, os educadores e os demais indivíduos que compõem a comunidade escolar devem agir de maneira a permitir a construção e a socialização do conhecimento – o que contribui significativamente para a autonomia dos alunos.

"ATENÇÃO ESPECIAL": UM PROGRAMA, MUITAS AÇÕES

O programa de Atenção Especial iniciou suas atividades em meados de 2015 com o objetivo de promover o acolhimento e, principalmente, fornecer subsídios para que os alunos com deficiência pudessem ser incluídos efetivamente e

atendidos nas suas individualidades e principais necessidades no espaço universitário.

O programa integra parte das ações de um Núcleo de Apoio ao Discente e Docente (NADD) de dois centros universitários do município de São Paulo, que possuem cerca de 50 mil alunos de cursos de graduação presencial.

Inicialmente, o programa objetivou conhecer quem eram os estudantes e identificar quais eram suas principais necessidades buscando atendê-las. Sabe-se que o ingresso de estudantes com necessidades especiais nos cursos superiores nem sempre se dá de modo explícito. Isto ocorre porque poucos estudantes, ou mesmo suas famílias, procuram a coordenação pedagógica das universidades. Outro fator são os "casos em que o próprio aluno desconhece sua condição ou não tem consciência das suas dificuldades"¹². É o caso de estudantes com dislexia, TDAH ou outros transtornos de aprendizagem.

O programa de "Atenção Especial" também precisou divulgar suas ações para que pudesse ser conhecido pelos professores, coordenadores de curso, estudantes e ingressantes. Na medida em que passou a ser acessado pela comunidade acadêmica, exigiu não somente a ampliação de sua equipe, como também a definição de suas principais ações. Dessa forma, passou a atender alunos com deficiência física, intelectual, visual e auditiva. Além destes, alunos com dificuldades de aprendizagem como dislexia, discalculia, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade e transtorno do espectro autista também foram incorporados ao projeto. Em seguida, outro grupo de estudantes que também precisavam de uma atenção especial foi inserido no programa. Eram estudantes considerados minoria como idosos, transgêneros e com transtornos psiquiátricos como esquizofrenia, bipolaridade, depressão e ansiedade (Tabela 1).

Diante da diversidade das pessoas atendidas pelo programa, viu-se a necessidade de criar um protocolo de atendimento com objetivo de organizar as ações realizadas e demonstrar ao estudante e a toda comunidade acadêmica as possibilidades de intervenção.

Tabela 1. Número de alunos atendidos pelo “Programa Atenção Especial” classificados por atendimentos.

Atendimentos	Número de alunos
Autismo	7
Câncer	3
Deficiência auditiva	22
Deficiência física	20
Deficiência visual	18
Déficit de atenção	11
Dificuldade de aprendizagem	23
Dislexia	15
Epilepsia	4
Paralisia cerebral	4
Transtornos psiquiátricos*	30
Transgênero	2
Outros	34
Total	193

*incluem estudantes com transtornos de ansiedade, depressão, transtorno obsessivo compulsivo, transtorno do pânico e/ou transtorno bipolar.

O documento indica como o aluno chega até o NADD e quais as possibilidades de intervenção a partir de seis eixos: monitorias, cursos, orientação, acessibilidade, contato e clínica escola (Figura 1).

Na entrevista inicial, realizada por um profissional psicólogo com habilitação em psicopedagogia, identificam-se as principais necessidades do estudante. A partir de então, são planejadas as atividades de apoio a partir do protocolo de atendimento:

- I. Monitorias: conforme a necessidade do estudante, ele poderia indicar o desejo de participar de alguma das modalidades de monitoria oferecidas pelo NADD.
 - a. Monitoria de reforço: monitorias ligadas às principais áreas de conhecimento da instituição. Por meio de encontros semanais, a monitoria é constituída por alunos interessados em aprofundar os estudos em determinada área. É organizada por um estudante de série mais avançada que recebe supervisão de um professor.

- b. Monitoria de psicopedagogia: monitoria ligada ao curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia da instituição. Os alunos participam de edital de seleção para realizar monitoria voluntária, fornecendo apoio ao aluno com deficiência e dificuldade de aprendizagem. A supervisão é realizada por um psicopedagogo do NADD.
 - c. Monitoria entre pares: monitoria voluntária de colegas da turma do aluno com deficiência ou dificuldade de aprendizagem com foco na roteirização do estudo.
- II. Cursos: os cursos indicados aos estudantes são *on-line* e ficam disponíveis na plataforma do ambiente virtual de aprendizagem:
 - a. Cursos de Nivelamento: os cursos disponíveis são de Matemática, Língua Portuguesa, Novo Acordo Ortográfico e Comunicação Digital.
 - b. Programa de Apoio ao estudante - PAES: os cursos do Programa de Apoio ao Estudante objetivam desenvolver habilidades de estudo por meio das seguintes temáticas: Gestão do Tempo, Gestão do Estudo, Sou Universitário e Agora? e Prepare-se para provas e avaliações.
- III. Orientações:
 - a. Palestras: as palestras têm como foco produzir orientação aos professores, estudantes e colaboradores sobre temas relacionados à inclusão, tornando-se uma ação periódica do NADD. Mensalmente, são abordados para toda comunidade acadêmica temas como deficiência visual, auditiva, autismo, síndrome de Down, entre outros.
 - b. Bombeiros: em alguns casos, os bombeiros que atuam na instituição são alertados sobre a condição do estudante para que possam intervir de maneira mais assertiva diante de uma situação de crise
 - c. Sensibilização da turma: são realizados encontros com a turma que possui

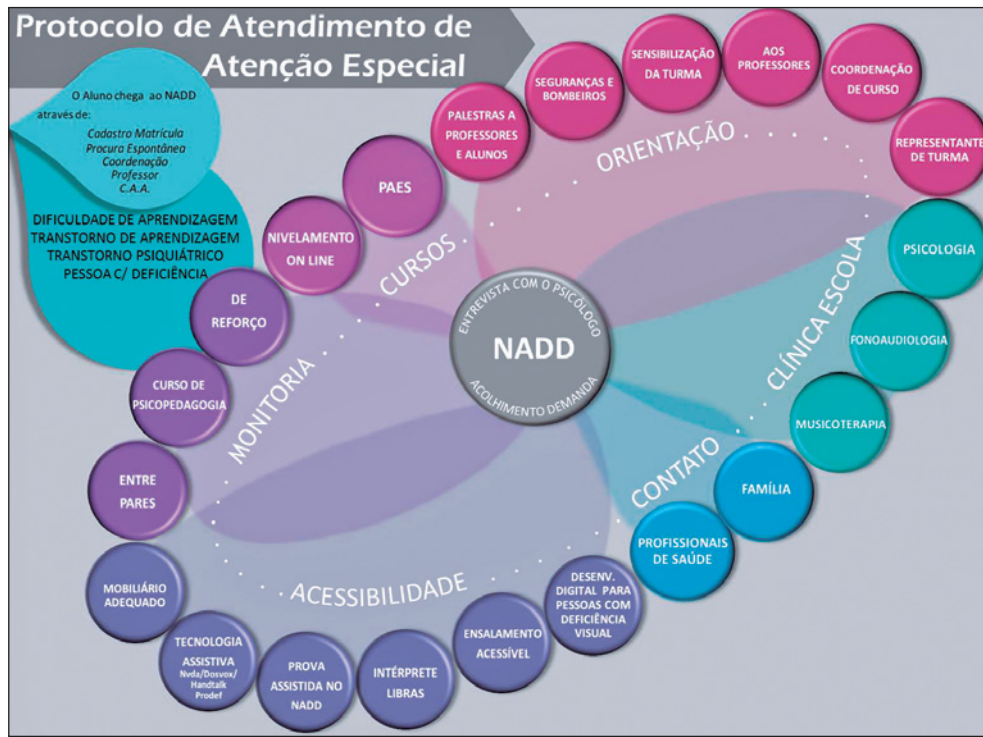


Figura 1. Protocolo de Atendimento Atenção Especial.

- estudante participante do projeto de atenção especial para tratar sobre inclusão, direitos humanos e deficiência. Objetiva-se, também, orientar a turma sobre como interagir com o colega. Esta atividade é acordada com o estudante acompanhado para que possa participar ativamente do processo.
- d. Professores: após a entrevista inicial, os professores são orientados sobre a metodologia de ensino, processos de avaliação e procedimentos diários da conduta docente com o estudante.
 - e. Coordenadores: os coordenadores são orientados sobre a conduta indicada aos docentes e, em alguns casos, acompanham as entrevistas com familiares.
 - f. Representante de turma: o representante da sala possui um papel muito

importante nestas instituições. Assim, são muitas vezes orientados para que possam apoiar e atuar como agentes inclusivos na sala de aula.

- g. Comunidade Acadêmica: orientações gerais e/ou específicas para conduta perante o aluno.
- IV. Clínica Escola: a instituição possui clínicas na área da saúde que recebem encaminhamentos. Assim, quando um estudante não é acompanhado por nenhum profissional pode ser encaminhado a uma ou mais das seguintes clínicas:
- a. Clínica de Psicologia: realiza atendimento psicoterápico; psicodiagnóstico e atendimento de pessoas com deficiência.
 - b. Clínica de Fonoaudiologia: realiza avaliação e reabilitação fonoaudiológica

- da comunicação oral e escrita; voz; funções relacionadas à respiração, mastigação, deglutição, expressão facial e articulação da fala; avaliação da audição; indicação e adaptação de prótese auditiva; habilitação e reabilitação auditiva; avaliação do processamento auditivo; treinamento auditivo em cabina acústica; avaliação da função vestibular (exame otoneurológico); reabilitação labiríntica nos distúrbios do equilíbrio.
- c. Clínica de Musicoterapia: Com a utilização de recursos sonoro-musicais, corporais e vocais, atende pessoas com deficiência, distúrbios da fala e audição, problemas físicos, emocionais e mentais; e distúrbios da aprendizagem.
- V. Contato: em alguns casos, seja por procura da própria família, profissionais que acompanham o estudante ou até mesmo na necessidade de alinhamento das práticas pedagógicas, faz-se contato com:
- a. Família: que apoia a inclusão do estudante sendo orientada sobre as ações pedagógicas institucionais.
- b. Profissional de saúde: em sua maioria psicólogos e psiquiatras, que mantêm alinhadas as intervenções clínicas com as práticas pedagógicas e institucionais adotadas.
- VI. Acessibilidade: neste eixo apresentam-se todas as intervenções de acessibilidade disponibilizadas aos alunos com deficiência:
- a. Desenvolvimento Digital para Pessoas com Deficiência Visual: trata-se de um curso de informática que utiliza recurso de tecnologia assistiva (NVDA). O curso é ministrado por uma colaboradora do NADD com deficiência visual para outros alunos com a mesma deficiência.
- b. Ensalamamento acessível: no início de cada semestre, a equipe de ensalamamento é orientada a propiciar salas mais acessíveis para estes estudantes, evitando rodízio de salas.
- c. Intérpretes de Libras: aos alunos com deficiência auditiva, disponibilizam-se intérpretes de libras para apoio diário.
- d. Prova assistida: os estudantes podem realizar suas provas finais no NADD com apoio de leitor e/ou mais tempo de prova.
- e. Tecnologia Assistiva: *softwares* como NVDA e *Plustek BookReader v200* são disponibilizados aos estudantes nas bibliotecas e em laboratórios de informática.
- f. Mobiliário: conforme a necessidade do estudante, mesas e cadeiras especiais são disponibilizadas aos estudantes com estas necessidades.

Considera-se que políticas, informações e orientações isoladas são insuficientes para provocar mudanças de professores e estudantes sobre as minorias. Por isto, a multiplicidade de ações, de forma contínua e ascendente são desenvolvidas pelo programa.

RESULTADOS

O projeto de Atenção Especial realizou 654 orientações a professores, favorecendo uma conduta segura dos docentes durante a prática pedagógica, de forma a garantir a permanência e o tratamento adequado ao aluno com deficiência. As duas instituições têm se tornado referência no atendimento e acolhimento destes alunos, sendo reconhecidas pela comunidade como instituições inclusivas e recebendo, gradativamente, cada vez mais estudantes com deficiência.

Ao longo do ano de 2017, foram 56 monitores voluntários que acompanharam os alunos com deficiência, nas modalidades entre pares e de apoio psicopedagógico. Esta atividade permite o desenvolvimento de diversas competências e são percebidas pelos monitores voluntários como muito positivas para o desenvolvimento de seu próprio aprendizado.

Outro resultado importante das ações desenvolvidas pelo NADD está nas atividades de sensibilização com a turma de estudantes com deficiência. Esta atividade visa "desmistificar" a deficiência, mobilizando a desconstrução dos

preconceitos e colocando o sujeito além da sua dificuldade ou diferença, reconhecendo-o como pessoa com desejos, expectativas e sonhos. A sensibilização é marcada por uma emoção que contagia os estudantes, os professores e a equipe do NADD que realiza a vivência. Os resultados da sensibilização têm revelado um caminho para a inclusão atitudinal, derrubando muros e aproximando os estudantes. Isto é possível perceber por meio dos relatos dos alunos com deficiência que passam pela vivência:

Eu estava naturalmente um pouco nervoso, pois nunca havia contado minha experiência como deficiente a um grupo. Mas, creio que a sensibilidade notada teve um retorno muito positivo, porque logo após a aula, a maioria dos alunos vieram conversar comigo, se apresentando gentilmente e se predispondo a ajudar. [...] agora eu conheço praticamente toda a sala e interajo com todos sem dificuldades. (eles inclusive fizeram um grupo para gravar os livros que eu não tenho). MUITO OBRIGADO!" (J.L.D.).

Outro exemplo revela a mudança de comportamento dos colegas diante do estudante com deficiência após a vivência. É comum as pessoas não interagirem com a pessoa com deficiência por medo de serem inadequados. Diante do não saber, elas preferem se afastar, construindo muros imaginários na própria sala de aula:

Bom, após o término da aula algumas pessoas vieram conversar comigo, e outras apenas se despediram, mas se despedir é uma atitude que não tinham antes. (W.B.A.).

Mensalmente, o núcleo promove palestras sobre diversos temas como: dislexia, surdez, síndrome de Down, autismo e outros relacionados à educação inclusiva. Foram ao todo dez palestras com a participação de 1.880 pessoas.

Além disto, o Programa de Apoio ao Estudante, cujo foco é o desenvolvimento de habilidades de estudo, ofereceu 5.465 cursos e 7.284 nivelamentos com 5 horas de duração cada a todos os estudantes interessados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios da educação inclusiva nas diversas modalidades de ensino exigem intervenções diferenciadas. No ensino superior estas ações têm sido construídas a partir das necessidades de uma demanda cada vez mais crescente, do acesso da pessoa com deficiência e outras necessidades.

O projeto "Atenção Especial" retrata esta construção coletiva adaptada aos diferentes atores envolvidos. Durante os dois primeiros anos do projeto, uma significativa evolução da sua atuação foi se desenhando de forma a atingir o formato atual e provavelmente ainda em transformação.

O impacto das ações de educação inclusiva é mensurado além da quantidade de seus atendimentos, sensibilizações ou horas de palestras. O impacto reflete a transversalidade da formação humana, da prática inclusiva, dos direitos humanos, das ações sociais e da cidadania, praticados todos os dias com toda a comunidade acadêmica.

O projeto tem garantido a permanência e desenvolvimento acadêmico dos alunos atendidos e a participação efetiva do professor neste processo.

O reconhecimento, por sua vez, não é financeiro, tampouco em forma de prêmio ou mesmo boas notas. O reconhecimento vem da realização pessoal destes estudantes. Da alegria de cada conquista, dos amigos que são cativados, dos professores que os acolhem e, principalmente, de identificar que é possível realizar a Educação Inclusiva no Ensino Superior no Brasil.

A experiência neste projeto, que está em construção, avaliado e modificado a cada semestre, demonstra que é possível, na universidade, práticas inclusivas positivas.

SUMMARY

Inclusive approach on higher education: challenges and experiences of a nucleus for faculty and student support

In Higher Education, inclusive practice is recent, this totally new panorama requires that higher education institutions develop support and follow-up policies with actions that go beyond the availability of vacancies. In addition to this, the legal requirements for course evaluation and recognition also require evidences of inclusive practices in the university environment. The objective of this paper is to describe the performance of NADD – Núcleo de Apoio Discente e Docente (Nucleus for Faculty and Student Support) of two University Centers of the city of São Paulo. NADD was created in 2015 and, since then, develops inclusion actions in the university context with a program titled "Atenção Especial" (Special Attention). The focus of this program is the reception and support of students with disabilities, learning difficulties and other disorders through identification, intervention strategies, referral and orientation. Currently, 193 students guided by a service protocol that includes several actions to favor the inclusion of these students since their initial interview accompany the program: reinforcement, peer, leveling, student support courses, referral to health clinics, partnership with health professionals, physical accessibility and assistive technology. The results of the program have promoted, in addition to the broad awareness of the entire academic community, the favoring of inclusion and permanence of these students in a receptive, inclusive and legitimate environment.

KEYWORDS: Inclusive Education. Psychopedagogical Support. Higher Education.

REFERÊNCIAS

1. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE; 1994.
2. Ferrari MALD, Sekkel MC. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. *Psicol Cienc Prof* [Internet]. 2007;27(4):636-47 [acesso 2017 Maio 24]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400006&lng=pt&nrm=iso. DOI: 10.1590/S1414-98932007000400006
3. Laplane A. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no brasil e na Inglaterra. *Educ Soc*. 2006;27(96):689-715.
4. Brasil. Ministério da Educação. Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003. Brasília: Ministério da Educação; 2003 [acesso 2017 Maio 25]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>
5. Kassar MCM. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. *Educ Soc* [Internet]. 2012; 33(120):833-49 [acesso 2017 Maio 24]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300010&lng=pt&nrm=iso. DOI: 10.1590/S0101-73302012000300010
6. Moreira LC, Bolsanello MA, Seger RG. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educ Rev* [Internet]. 2011;41:125-43 [acesso 2017 Maio 24]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>

- php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009&lng=pt&nrm=iso. DOI: 10.1590/S0104-40602011000300009
7. Castanho DM, Freitas SN. Inclusão e prática docente no ensino superior. *Rev Educ Esp.* 2006;27:93-99.
 8. Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar MEC/INEP. Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência. Brasília: MEC/INEP; 2014 [acesso 2017 Abr 29]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192
 9. Tomelin KN. Núcleos de apoio psicopedagógicos no Brasil: panorama de 52 núcleos ativos em 2015. *Rev Psicopedag [Internet].* 2015; 32(98):208-81 [acesso 2017 Maio 6]. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000200012&lng=pt&nrm=iso
 10. Stainback S, Stainback W. *Inclusão: um guia para educadores.* Porto Alegre: Artmed, 1999.

Trabalho realizado nas Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, SP, Brasil.

*Artigo recebido: 8/1/2018
Aprovado: 3/2/2018*

■

ERRATA:

No campo de autoria deste artigo onde se lia Juliana Perez leia-se Juliana Peres.